

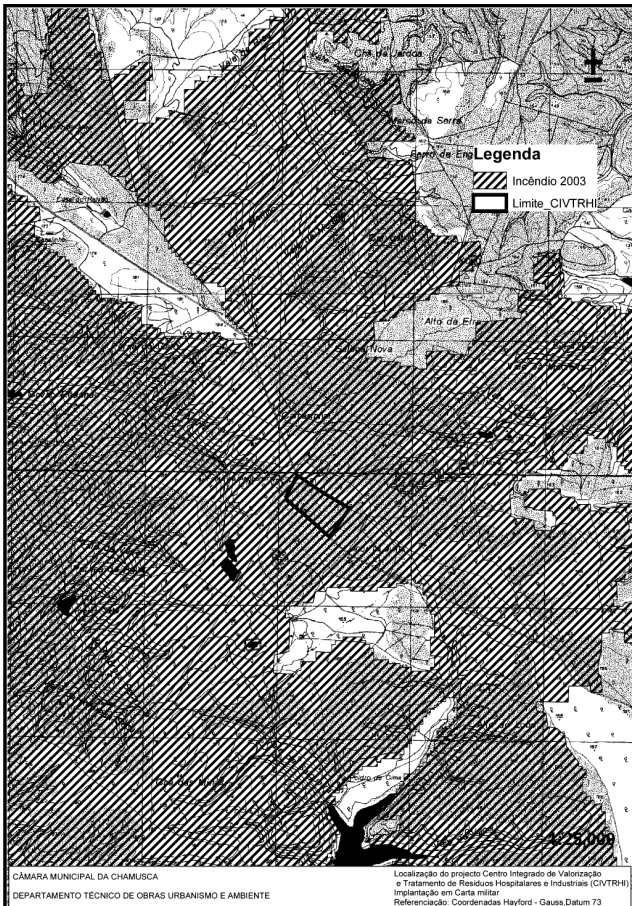
reclassificação da área a ocupar pelo referido empreendimento como «área multiusos» e que este PDM se encontra atualmente suspenso, pelo aviso n.º 18069/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 14 de outubro de 2009, com a declaração de retificação n.º 2940/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de novembro de 2009, tendo em vista a implantação do empreendimento, cujo licenciamento só poderá ocorrer após o cumprimento do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional e o levantamento das proibições em áreas com povoamentos florestais percorridas por incêndios;

Considerando que o reconhecimento do relevante interesse geral do empreendimento, nos termos do n.º 5 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de março, apenas tem por efeito o levantamento das proibições estabelecidas neste diploma legal, mas não afasta a obrigatoriedade dos atos administrativos necessários à sua construção serem praticados de acordo com a lei e o previsto nos instrumentos de gestão territorial aplicáveis;

Considerando, por último, que o incêndio ocorrido se ficou a dever a causas às quais a requerente é alheia:

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de março, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território nos Secretários de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural e do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do despacho n.º 12412/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro 2011, com a redação que lhe foi conferida pela declaração de retificação n.º 1810/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 25 de novembro de 2011, é reconhecido o relevante interesse geral do empreendimento Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Hospitalares e Industriais a construir no local designado por Eco Parque, na freguesia de Ulme, concelho de Chamusca, na área delimitada na planta anexa ao presente despacho, percorrida pelo incêndio acima referido, e, conseqüentemente, determinado o levantamento das proibições estabelecidas no referido diploma legal na mesma área.

12 de março de 2012. — O Secretário de Estado da Energia, *Henrique Joaquim Gomes*. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *José Daniel Rosas Campelo da Rocha*. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 5068/2012

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março:

1 — Designo o Prof. Doutor Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretor-geral de Alimentação e Veterinária, competindo-lhe, nomeadamente, a coordenação do processo de reorganização, em articulação com as demais entidades envolvidas, nos termos do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março.

2 — O designado desempenha o referido cargo em acumulação com o exercício das funções e competências próprias do cargo de direção superior do 1.º grau da extinta Direção-Geral de Veterinária, até à conclusão do processo de reorganização.

3 — O designado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, ficando ainda autorizado a exercer atividades docentes, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

4 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas disponibilidades orçamentais do orçamento da Direção-Geral de Veterinária, até à transferência das dotações orçamentais para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, no quadro do processo de reorganização em curso.

5 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

28 de março de 2012. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

### Nota curricular

Identificação:

Nome: Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito.

Local e data de nascimento: Lisboa, S. Sebastião da Pedreira, 10 de julho de 1961.

Graus Académicos, Instituições, áreas de estudo:

Doutor em Ciências Veterinárias — UTAD — área de Ciências Animais e Veterinárias, em 25 de junho de 2002, Aprovado, por unanimidade, com distinção e louvor.

Mestre em Produção Animal (Master of Science In Animal Production) pelo International Center for Advanced Mediterranean Agronomic Studies, em 1993.

Pós-Graduação em Produção Animal pelo IAMZ.

Licenciatura em Medicina Veterinária pela Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica Lisboa, em outubro de 1984.

Cargo atual, instituição, data de início:

Diretor-Geral, Direção Geral de Veterinária, desde 1 de novembro de 2011

Outros cargos Institucionais:

VETNET™ Board member, desde setembro de 2011.

Vice-Chairman of Regional Steering Committee of the “Global Framework for the Progressive Control of the Transboundary Animal Diseases — GF-TADs”, desde novembro de 2011.

European Medicine Agency, EMA, “Manager Board”, desde novembro de 2011.

World Organization for Animal Health — OIE, desde novembro de 2011.

Chief Veterinary Officer, desde novembro de 2011.

Cargos anteriores, instituições:

Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, de setembro de 2007 a novembro de 2011.

Coordenador Institucional Erasmus e das Relações Internacionais IPVC de 2007 a 2011.

Coordenador do Gabinete de Comunicação e Imagem do IPVC de 2007 a 2011.

Gestor de Topo do Sistema de Gestão da Qualidade do IPVC, de 2007 a 2011.

Coordenador Científico da Pós-Graduação em Saúde e Segurança Alimentar, de 2006 a 2008.

Coordenador Curso de Enfermagem Veterinária desde 2006.

Coordenador Institucional de Avaliação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo desde outubro de 2005 a outubro de 2011.

Professor Adjunto da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima desde 1994.

Responsável do Laboratório de Sanidade e Genética Animal da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima de 1989 a 2006.

1.º Gestor do subprograma regional dos Agrupamentos de Defesa Sanitária, Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), da Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, entre 1987 e 1988 e Técnico Superior da Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, com funções de Médico Veterinário responsável pela Sanidade Animal entre 1985 a 1987.

Coordenação de projetos (entre outros):

Coordenador da candidatura do Garrano a Património Nacional.

Coordenador nacional, em representação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, do Concurso Poliemprego e projeto SIAC/COMPETE 5241, Inovação e Empreendedorismo;

Coordenador do projeto “Capacitação das Redes Sociais do Alto Minho”, promotores — IPVC, CIM, Incubo (2011-2013).

Coordenador IPVC projeto “Bioemprego: Recursos para o desenvolvimento transfronteiriço de empresas biotecnológicas” — POCTEP 2007-2013.

Coordenador Científico do Programa Conservação e Melhoramento das Raças Avícolas Portuguesas PRODER (2008-2010) e (2011-2013).

Coordenador IPVC projeto PRODER — Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências: “Redes Temáticas de Informação e Divulgação” Ação 4.2.2 (2010-2012).

Coordenação Projeto INTERREG “*Estudio del estado sanitario de las producciones ganaderas y mejora de los canales de comercialización del ganado de la zona transfronteriza*”.

Autor e coautor de Livros (3), Capítulos de Livros (7), Teses e Monografias (3), Publicações em Revistas Internacionais (17) Publicações em Revistas nacionais (16) Comunicações Orais em Congressos Internacionais (28), Comunicações Orais em Congressos Nacionais (9), Comunicações em forma de painel em Congressos Internacionais (31) Comunicações em forma de painel em Congressos Nacionais (17). Conferencista e Revisor de Revistas Internacionais.

205957002

#### Despacho n.º 5069/2012

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março:

1 — Designo a licenciada Maria João Rios de Oliveira Camões Gouveia Botelho de Sousa para exercer, em regime de substituição, o cargo de subdiretora-geral de Alimentação e Veterinária.

2 — A ora designada fica autorizada à prática dos atos necessários à gestão da extinta Direção-Geral de Veterinária, nas ausências, faltas e impedimentos do respetivo diretor-geral, até à conclusão do processo de fusão.

3 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas disponibilidades orçamentais do orçamento da Direção-Geral de Veterinária, até à transferência das dotações orçamentais para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, no quadro do processo de reorganização em curso.

4 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

28 de março de 2012. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

#### Nota curricular

Dados biográficos:

Nome: Maria João Rios de Oliveira Camões Gouveia Botelho de Sousa.

Data de Nascimento: 31 de julho de 1968.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito (1991).

Pós-Graduação em Estudos Europeus.

Atividade profissional:

Funções de chefia

Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico da Direção-Geral de Veterinária, após procedimento concursal, desde 15.09.2009;

Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico da Direção-Geral de Veterinária, em regime de substituição, de 19.03.2008 até 14.09.2009;

Coordenadora do Núcleo da Regulamentação do Departamento de Regulamentação e Aplicação do Direito Alimentar da DGFCQA, de 06.12.2004 a 31.12.2005.

Carreira:

Desde 01.10.2006, técnico superior, do quadro de pessoal da Direção-Geral de Veterinária;

De 01.01.2006 e 30.06.2006, após a extinção da DGFCQA e até à transição para um novo quadro de pessoal, desenvolveu a sua atividade, como técnico superior, da carreira de jurista, na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE);

De 28.10.1998 até 31.12.2005, técnico superior, da carreira de jurista, do quadro de pessoal da Direção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar;

De 02.12.1992 a 27.10.1998, exercício das funções de assessoria jurídica, em regime de prestação de serviços, na Direção-Geral da Pecuária (DGP) e nos organismos que lhe sucederam, o Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar (IPPAA) e, posteriormente, na Direção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA);

De 01.01.1992 a 15.11.1992, desempenho de funções de assessoria jurídica na Direção-Geral de Planeamento e Agricultura (DGPA), em regime de prestação de serviços.

Representação Institucional:

De 13.03.2001 a 31.12.2005, representante da DGFCQA, como delegada suplente, na Comissão de Planeamento da Agricultura, Pescas e Alimentação de Emergência, situação que se manteve na Comissão de Emergência da Agricultura;

Representante da Direção-Geral de Veterinária, desde 05.03.2008, no European Medicines Agencies Cooperation on Legal Issues (Emacolex), grupo informal de juristas das autoridades de medicamentos da União Europeia e da Área Económica Europeia.

Outra:

Inscrição na Ordem dos Advogados desde 11.01.1996, a qual se encontra suspensa desde 06.01.1999.

Formação profissional:

Ações ministradas:

Formadora da ação de formação organizada pela Direção-Geral de Veterinária, que faz parte do seu programa de formação anual, subordinada ao tema “A Vistoria enquanto Ato Administrativo e Contra Ordenações”.

Ações realizadas:

FORGEP/Programa de Formação em Gestão Pública para Dirigentes;

Curso “Practical Tools for National Implementation of EU policies at national level”, no European Institute of Public Administration, no Luxemburgo;

Ação de formação sobre o “Código do Procedimento Administrativo”;

Curso sobre a “Feitura de Leis”;

Curso sobre o “Acesso aos Documentos Administrativos”;

Curso sobre o “Contencioso Comunitário”.

205957092

#### Despacho n.º 5070/2012

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de